

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 638.226 - SP (2021/0000373-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : WELTON FLAVIO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ PIPINO - SP123664
JOSUE JUSTINO DO RIO E OUTRO - SP327363
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por WELTON FLAVIO DA SILVA à decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, nos termos do art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante, em suma:

"Em síntese, os impetrantes opõem os presentes embargos de declaração em face da r. decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, com base no art. 21-E, IV, c.c. o art. 210, ambos do RISTJ, tendo em vista que omissa quanto ao pedido expresso de concessão de liminar para realização de audiência de custódia, por ocasião da prisão preventiva do paciente, em razão da r. decisão proferida pelo Eminentíssimo Ministro Edson Fachin na Reclamação n. 29.303, determinando realização de audiência de custódia para todas as modalidades de prisão cautelar, inclusive temporária e preventiva". (fl. 131/132)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese, em que o *habeas corpus* foi indeferido, liminarmente, em razão da incidência da Súmula 691/STF.

Não há qualquer vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a

Superior Tribunal de Justiça

um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente